

Unidade Nacional Diversidade Regional: o Caso dos Açores

Insularidade – ponderei – mas insular é o próprio continente português, cercado de solidão por todos os lados! Insular é o próprio globo em relação ao mundo universo! O que são as viagens à lua, senão tentativas de fuga à insularidade da Terra? A insularidade é uma situação, não uma condenação ... (Torga, 1973: 82).

Foi através do Atlântico que se estabeleceram também as relações mais distantes da terra e da gente. Desvendadas as rotas oceânicas, por elas se fez a expansão portuguesa: em ilhas atlânticas se realizaram os primeiros ensaios de colonização europeia, tornando-as, a despeito de estultas veleidades de «libertação», mais próximas de algumas províncias portuguesas do que estas entre si. (Ribeiro, 1987: 166).

1. A Nação Portuguesa: unidade na diversidade

A Nação é o resultado de um processo histórico de construção de uma identidade e unidade em que os factores de ordem política desempenham um papel essencial, a par de outros de ordem geográfica e etnocultural que constituem o próprio fundamento de todo o edifício.

Orlando Ribeiro salientou o carácter dual do território português do continente, devido ao entrelaçar de influências atlânticas e mediterrânicas,

Maria Isabel João é Assistente convidada de Didáctica na História da Universidade Aberta. É autora de uma tese de Mestrado intitulada *Os Açores no séc XIX. Economia, sociedade e movimentos autonomistas*. Prepara um doutoramento sobre a temática das Comemorações.

seguindo uma linha de interpretação da realidade nacional que remonta a autores do século XIX, como Andrade Corvo e Basílio Teles. «Grosso modo, — segundo as suas palavras — podem opor-se o Norte e o Sul» (Ribeiro, 1987: 165), mas sem esquecer que a diferenciação do território é mais complexa, distinguindo-se o Norte atlântico do Norte interior, as planícies abertas e amenas das zonas montanhosas, de acesso mais difícil e austeras.

O desenvolvimento da faixa litoral, em parte devido às condições mais propícias para a agricultura e à existência de rios navegáveis, penetrando o território perpendicularmente à costa em parte, ainda, devido a uma opção política da Coroa de virar costas à fronteira interior, isto é, a Castela, possibilitou a afirmação de uma individualidade no contexto da Península Ibérica. Situação que o processo da expansão e dos descobrimentos viria a acentuar com a criação de um vasto Império disperso pelos quatro continentes e ligado à metrópole pelo mar. Ao mesmo tempo, crescia a importância do litoral e a macrocefalia da capital do Reino e do Império afirmava-se ao nível nacional. Foi a concentração do poder, das riquezas e das classes privilegiadas em Lisboa que acabou por moldar a unidade do País, durante a Idade Moderna. Uma unidade cujos pilares têm sido a litoralidade e a convergência atlântica, a par de uma presença relativamente forte do poder centralizador.

Contudo, no fundo, subsiste uma grande diversidade. Desde logo, de ordem geográfica e como resultado do entrecruzar dos elementos atlânticos e mediterrânicos, de que fala Orlando Ribeiro, e, em seguida, devido ao autêntico *melting-pot* peninsular e a um processo histórico em que as forças unificadoras não excluem a presença doutras de cariz divergente. Se a Coroa e a Igreja foram desde o início importantes factores de unificação, o processo da conquista e povoamento do território associado à divisão político-administrativa cimentaram particularismos. Mas, já na época contemporânea, a afirmação do Estado moderno e a formação do espaço económico nacional, através da complementaridade e das trocas entre regiões, a generalização da escolaridade e do serviço militar obrigatório esbatem ainda mais as diferenças herdadas de períodos anteriores. Apesar disso, não as anulam, mantendo-se vivas, no xadrez nacional, variantes, ou somente cambiantes, regionais.

A divisão em províncias, cujos limites podemos fazer remontar bastante longe no tempo, mas que já encontramos claramente esboçada nas comarcas do início do século XV (Santos, 1985: 30), é talvez a expressão dessa diversidade, se bem que imperfeita. Mas estas unidades territoriais mais vastas confinaram-se, no reinado de D. João III, a uma mera divisão histórico-corográfica, sem qualquer órgão de poder ou autoridade representativa. Uma situação que se viria a manter até aos nossos dias, apesar das experiências pontuais de inspiração francesa que ocorreram durante as invasões napoleónicas, com os corregedores-

-mores das províncias instituídos por Junot, e na sequência da legislação de Mouzinho da Silveira, com a criação da figura do Prefeito e da Junta Geral de Província.

A enraizada tradição de unidades administrativas mais pequenas e a natural resistência das autoridades e dos grupos detentores do poder local, de base micro-regional, inviabilizaram os intuítos amplamente reformadores desta reorganização administrativa liberal. O consenso só foi possível ao nível dos distritos e dos concelhos. Os primeiros desempenhando a função de mediadores entre um poder central relativamente forte e interveniente em todas as instâncias da vida da Nação e um poder local que tem conservado, através dos séculos, um vigor notável.

Por isso, a diferenciação provincial não se traduziu em regionalismos em Portugal, até uma época recente. Isto é, não tem havido movimentos de cariz político-ideológico e cultural que visem preservar uma identidade regional e alargar a respectiva autonomia no quadro do Estado nacional. As únicas exceções são as antigas províncias ou «ilhas adjacentes» dos Açores e da Madeira, hoje transformadas em Regiões Autónomas.

O primeiro movimento autonomista desencadeou-se a partir de Ponta Delgada, em 1893-94. Nesse período, não só o horizonte espacial das reivindicações não era ainda a região, mas também o que estava em causa eram problemas de ordem meramente político-financeira (João, 1991: 301-302). Em 1895, o distrito de Ponta Delgada obteve o primeiro estatuto administrativo especial, de feição descentralizadora, que se estendeu ao distrito de Angra do Heroísmo, em 1898, e ao da Madeira, em 1901. O distrito da Horta excluiu-se, por vontade própria, deste processo reivindicativo. Não estamos, ainda, em presença de movimentos verdadeiramente regionalistas.

Nos anos Vinte do presente século, numa conjuntura grave de crise económica e política para o País, e numa altura em que estava em causa uma reorganização administrativa, irromperam movimentos regionalistas cuja expressão mais visível foram os Congressos provinciais e a fundação de várias Casas Regionais, na capital. Mas foi nas ilhas, em particular em S. Miguel, que o movimento adquiriu maior radicalismo, mesclando-se com a reacção monárquica e conservadora aos governos republicanos. Uma vez mais, não se conseguia agregar todas as ilhas numa frente comum de âmbito regional, em particular nos Açores, enquanto no continente o movimento não passava de um esboço de regionalismo, demasiado incipiente para moldar consciências e ter repercussões na orgânica da sociedade portuguesa.

Só após o golpe de estado de 25 de Abril de 1974, numa conjuntura de desagregação do poder político e de enfraquecimento do centro polarizador da Nação, se constituíram as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ao mesmo tempo, no continente ganhava novamente expressão a tradicional dicotomia entre o Norte e o Sul e o País parecia dividir-se¹, mas sem chegar tal tensão a traduzir-se em movimentos políticos de base regional. Como resultado da implantação do regime democrático, o que emergia com uma pujança cada vez maior, em Portugal continental, era um movimento autárquico de raiz concelhia. Por isso, é correcto afirmar-se que «a característica mais notável da territorialidade dos portugueses é o localismo, que se manifesta frequentemente em dois níveis institucionalizados: freguesia (sobretudo no Norte) e concelhos» (Gaspar, 1982: 102).

No caso dos arquipélagos atlânticos portugueses, esta constatação também é verdadeira, mas tem de ser matizada com outros cambiantes: os de tipo geográfico — a insularidade — e os sócio-políticos que se prendem com a existência de elites locais que pretendiam gerir unidades administrativas mais amplas que a concelhia, demasiado diminutas para viabilizar financeiramente o seu poder e relativa autonomia. Por isso, a criação das Juntas Gerais Autónomas, de âmbito distrital, retirou competências e dinamismo às Câmaras das ilhas, que foram transferidas para aqueles órgãos. Noutro contexto histórico, o mesmo se tem verificado na vigência dos governos regionais, pós-25 de Abril. Mas a característica mais evidente da territorialidade insular é a própria ilha e, dentro desta, o concelho e a freguesia, como no continente, situando-se, portanto, numa escala de grandeza inferior à região. Daí derivam os acentuados «bairrismos» ilhéus.

Serve esta brevíssima introdução para reafirmar o seguinte: «nation est un peuple ayant une unité culturelle qui intègre une forte diversité, unité tissée au fil des siècles, sur un territoire aux frontières tracées mais autour d'un noyau central à vigoureuse consistance; peuple qui affirme la volonté d'autonomie dans sa façon de vivre, abrité sous des institutions de pouvoir autant que possible déterminées dans leur forme et dans leurs décisions par les citoyens nationaux eux-mêmes» (Godinho, 1982: 27).

No caso da Nação portuguesa, esse núcleo central, «espécie de tronco antigo e robusto», nas palavras de Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1987: 166), foram as gentes e os elementos civilizacionais provenientes do Norte Atlântico. Se eles alicerçaram a identidade portuguesa, a viragem atlântica forjou uma Nação fragilmente presa ao continente europeu, acentuando essa condição de extremo ocidente, de «finisterra com vocação contraditória e alternante de isolamento e de relações marítimas distantes» (Ribeiro, 1979: 133), que encontra a sua real dimensão projectando-se nos arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores.

¹ Essa questão foi vivida com tal intensidade que está presente em duas obras maiores da historiografia contemporânea portuguesa: *Identificação de um País*, de José Mattoso, dada à estampa em 1985, e *A Formação do Espaço Económico Nacional*, de David Justino, prémio Gulbenkian em 1986.

2. A Identidade Regional

A unidade nacional, entendida na sua dimensão política e cultural, não invalida a existência de identidades regionais, isto é, de um conjunto de traços sócio-culturais diferenciadores e característicos de uma dada comunidade, radicada num espaço tradicionalmente identificado com a Província. Esta delimitação espacial apresenta várias dificuldades práticas que se prendem com a demarcação das fronteiras das províncias e com a diversidade interna que, muitas vezes, as caracteriza. Mas é a que melhor configura a existência de realidades geo-históricas susceptíveis de estabelecer a distinção entre o plano nacional e o local.

A identidade regional não é um dado *a priori*, constrói-se através do tempo pelo enraizamento num território e pela vivência comum das populações que o habitam, e traduz-se num sentimento de pertença a uma região, representada mentalmente pelo conjunto dos sítios, das paisagens e das gentes que lhe dão a sua feição especial.

O primeiro elemento que deve ser tido em conta para caracterizar uma identidade regional é, pois, o território. No caso do arquipélago dos Açores, as fronteiras estão naturalmente definidas pelo mar e a região define-se, em termos geográficos, pela homogeneidade geofísica e climática que caracteriza as nove ilhas. Não vale a pena referir esses aspectos geográficos porque são sobejamente conhecidos. Mas já a outra característica inerente ao território açoriano — a insularidade — merece que nos detenhamos nela.

Insularidade é um conceito que tem sido objecto de controvérsia. Mas, de forma constante, associa-se a insularidade à ideia de isolamento e, por isso, alguns autores não a têm considerado uma característica das ilhas em geral, mas de todas as regiões, insulares ou não, que se encontram distantes dos principais centros de civilização e são de difícil acesso. Não é o caso dos Açores que, tal como outras ilhas situadas no Atlântico e no Mediterrâneo, se encontraram durante séculos na rota de importantes tráfegos. Contudo, é importante ressaltar que nem todas as ilhas e zonas dos Açores tiveram a mesma facilidade de contactos com o exterior e algumas permaneceram ao longo dos tempos bastante isoladas. A ilha do Corvo ou o Nordeste, em São Miguel, são exemplos extremos desta situação que também encontramos em muitas zonas serranas e da fronteira interior do continente português.

A importância da insularidade manifesta-se ao nível da territorialidade dos açorianos e na dificuldade que têm de representar o seu mundo para além do horizonte da própria ilha. Esta observação não é igualmente válida para todos os açorianos e em todas as épocas históricas, porque depende de factores como as comunicações e a mobilidade das populações, a informação e a cultura. Mas não

tem deixado de ser um traço evidente da história dos Açores, cuja dificuldade consiste precisamente em compreender esse *puzzle* que é o arquipélago.

Um sistema ecobiológico com características bem marcadas e a descontinuidade territorial são, por conseguinte, os aspectos basilares da identidade dos Açores. Sobre eles se erguem outros elementos de tipo sócio-cultural, cuja tónica não é a diferença em relação aos outros portugueses mas, bem pelo contrário, a identidade. As variantes regionais, quando existem, são de grau e não de fundo.

Começemos pela língua. O português distingue-se nas ilhas açorianas por variantes dialectais, sobretudo de carácter fonético e lexical. Mas há também variações de ordem micro-regional entre as ilhas e até dentro da mesma ilha. Em dada altura, insistiu-se muito em descobrir nos falares açorianos arcaísmos capazes de caracterizar a linguagem popular e corroborar a tese do isolamento insular, o que não veio a ser comprovado pela investigação. Luís da Silva Ribeiro afirma, em 1943: «Muitos dos arcaísmos que aqui se usam existem igualmente em diferentes falares do povo do continente, e se alguns aí não ocorrem já, o seu número, por bastante limitado, não pode ser suficiente para caracterizar a linguagem terceirense» (Ribeiro, 1982: 276). Por sua vez, José Leite de Vasconcelos defendia que os falares micaelenses representavam a fase mais evolucionada do português, situando-se o mais arcaico em Melgaço (Vasconcelos, 1926: 49).

A falta de estudos aprofundados sobre variantes regionais do português e, sobretudo, de carácter comparativo não possibilita qualquer conclusão geral sólida, mas parece ser um facto que as diferenças em relação ao padrão linguístico são pouco pronunciadas, no caso dos Açores. Mesmo a forte corrente migratória que, primeiro, se dirigiu para o Brasil e, depois, para a América do Norte não impregnou os falares das ilhas de termos ou construções gramaticais importadas. Os anglicismos que correm na linguagem comum são poucos e, geralmente, formas deturpadas e aportuguesadas do original: *alverós* (overall), *sulipas* (slippers), *suera* (sweater), etc. (Ribeiro, 1982: 250).

O folclore é o segundo aspecto que abordaremos. Composto pelo conjunto de tradições orais, usos e costumes, crenças e manifestações diversas da cultura e da identidade profunda de um povo, é através dele que melhor nos podemos aperceber das diferenças regionais. Há, nos Açores, alguns traços de carácter regional típicos, mas a nota mais saliente é a filiação directa nas tradições populares existentes em várias regiões do continente.

Na música popular há «melodias genuinamente portuguesas; outras revelam influência afro-americana, como indicam os nomes de algumas, o *Charamba*, o *Lundum*, a *Fofa*» (Ribeiro, 1982: 802), que foram moda no continente, noutras épocas. Mas «predominam os andamentos vagarosos e as danças são em regra arrastadas com movimentos lentos», apesar de haver canções mais alegres como o *Pezinho*, de São Miguel, e a *Chamarrita*, do Faial (*Idem, ibidem*). «De qualquer

modo, a música tradicional açoriana é indissociável da música tradicional portuguesa e uma questão que sinceramente nos pomos é se (...) o seu grau de individualização será maior que o da música de qualquer outra região do continente» (Câmara, 1980: 26-27). Um problema ao qual só estudos comparativos aprofundados poderão dar resposta.

O cancionero popular não apresenta variantes significativas em relação às cantigas do continente (Ribeiro, 1982: 237). Mas o romanceiro parece ser bastante rico e bem conservado, mercê de homens interessados como Almeida Garrett, Teófilo Braga e João Teixeira Soares que fixaram por escrito a tradição oral. Os Açores apresentam variantes locais das versões ibéricas originais e, sobretudo, conservam temas e formas bastante arcaicas e próximas do cantar de gesta que lhes deu origem (Fontes, 1986: 206).

Quanto a superstições, crenças, práticas mágicas e lendas, Luís da Silva Ribeiro é de opinião que «nada há que mereça referência especial, pois tudo o que se passa nas ilhas é, com poucas variantes, o que se dá no Portugal continental» (Ribeiro, 1982: 806). Faz, aliás, um interessante levantamento de superstições que são comuns ao continente português, aos Açores e ao Brasil, região do Ceará (Ribeiro, 1982: 517-539).

A tecnologia tradicional agrícola dos Açores reproduz os instrumentos e técnicas utilizadas nas várias regiões do continente, com pequenas variantes regionais e grande diversidade de soluções de pormenor dentro do próprio arquipélago que resultam, de modo geral, da adaptação às condições geofísicas e climatéricas específicas e dependem da criatividade dos artesãos locais. Só nalguns casos se constata a existência de tecnologias que não têm paralelo em Portugal continental: certos processos de secagem e armazenagem do milho, os moinhos de vento do tipo dito «holandês» de São Miguel, Santa Maria, Graciosa e Terceira e do tipo giratório com pedestal de pedra do Pico, Faial e Graciosa (Oliveira e Pereira, 1987: 73).

Outro aspecto que pode ser crucial para definir a identidade cultural de um povo é a religião. Mas, também neste assunto, não há efectivamente diferenças de fundo em relação ao resto do País. O que tem sido notado é a persistência mais viva de alguns ritos e cultos que quase desapareceram no continente, nomeadamente «as festas do Espírito Santo». Este culto, levado pelos primeiros povoadores portugueses para as ilhas, parece ter desempenhado, desde o início, um papel importante nas relações de solidariedade no interior das comunidades (Enes, 1991: 255). A sua longa duração pode ser tanto o resultado dos condicionalismos geográficos como de factores institucionais. Fernanda Enes refere, para o período da Reforma Tridentina, a «lentidão e insuficiência» dos agentes da Igreja, assim como a «contemporização» que possibilita a subsistência de práticas onde o sagrado e o profano se interpenetram (Enes, 1991: 279).

Luís da Silva Ribeiro, entre outros, atribui aos açorianos uma religiosidade especialmente intensa, motivada pelos fenómenos vulcânicos. E, nesta ordem de ideias, defende que «a noção de Deus vingador e terrível se sobrepõe à de Deus misericordioso, Deus caridade e amor» (Ribeiro, 1983: 526). Nenhuma destas observações pode ser demonstrada sem estudos sociológicos sérios e comparativos. Mas se olharmos para o que se passa no continente, constatamos que há diferenças significativas da prática religiosa consoante as regiões e, sobretudo, entre os meios urbanos e os rurais marcados pela pequena propriedade e relações mais estreitas de vizinhança. Nos últimos, como nas ilhas açorianas, o apego às tradições e aos ritos e cultos religiosos mantêm-se mais fortes.

O arquétipo de Deus referido também não parece ser específico dos açorianos, mas antes a consequência de uma religião institucionalizada que fez da noção de culpa e de pecado as traves-mestras do controlo das consciências e dos comportamentos (veja-se a obra de Virgílio Ferreira, *Manhã Submersa*). Apesar disso, entre a religiosidade sofrida, torturada dos Romeiros micaelenses ou dos penitentes de Fátima e a religiosidade alegre das «festas do Espírito Santo» ou das romarias dos santos padroeiros há vários cambiantes, mas todos eles protagonizados pelo mesmo povo dentro de uma única religião.

A região dos Açores também não se distingue por comportamentos sócio-demográficos específicos, sendo bastante afectada pela paulatina diminuição do número de habitantes e pelo envelhecimento da população, à semelhança de outras zonas do País onde a emigração se faz sentir fortemente.

Um facto diferencia o arquipélago dos Açores: a emigração dirige-se maioritariamente para a América do Norte, contribuindo para criar laços especiais com o outro lado do Atlântico. E isso, associado ao papel geoestratégico que as ilhas têm desempenhado neste século, é um elemento fundamental da consciência regional dos açorianos.

Um aspecto sócio-demográfico que gostaríamos de referir é a ruralidade. É um facto que, tal como noutras regiões do continente, a actividade agro-pecuária tem sido dominante nos Açores. Uma actividade caracterizada, de modo geral, pela reduzida dimensão e pelo carácter familiar das explorações. Estamos, por isso, em presença de uma sociedade marcadamente camponesa. A única alternativa ao trabalho do campo é os serviços, sobretudo o funcionalismo público. A indústria e a pesca desempenham um papel relativamente pouco importante na economia dos Açores.

A mentalidade dominante oscila, assim, entre a tradição camponesa e o conservadorismo do funcionário, ambos tementes de Deus e dos Chefes, respeitadores da Ordem e naturalmente desconfiados da mudança. Atitudes que aparecem estreitamente ligadas ao individualismo e a um acentuado desinteresse pela acção cívica e política (veja-se os elevados índices de abstenção eleitoral).

Mas estes valores e comportamentos sociais não são específicos da realidade açoriana. De uma forma ou de outra, estão presentes no tecido da sociedade portuguesa e, em particular, nas regiões que apresentam níveis mais baixos de desenvolvimento.

Um campo de análise dos mais escorregadios e complexos é a psicologia colectiva. Se compulsarmos o que tem sido escrito sobre os portugueses (Dias, 1971; Leão, 1960 e 1971; Lourenço, 1978; Saraiva, 1981) e os ensaios sobre os açorianos (Nemésio, 1932; Ribeiro, 1936; Agostinho, 1963), facilmente chegamos à conclusão que as características atribuídas aos últimos não os diferenciam do conjunto nacional.

Terão os açorianos, em relação aos outros portugueses, uma «predominante capacidade de adaptação»? (Nemésio, 1932: 120). Será a saudade mais forte nos Açores? (Ribeiro, 1983: 535). E a indolência, essa imagem dos povos do sul construída por oposição aos do norte da Europa, industrializada e protestante, é mais marcante nas ilhas açorianas? *O azorean torpor* — se existe — é uma fatalidade do clima ou o resultado de um estágio de desenvolvimento sócio-económico? As tintas da tristeza e da melancolia são mais negras nos açorianos?

Se continuarmos a esmiuçar o perfil psicológico que tem sido traçado dos açorianos as diferenças assinaladas referem-se à gradação. De resto, as características apontadas encontram-se por todo o lado:

- Dá a impressão de pouco vertebrado e disposto a sustentar os riscos de uma atitude decidida (Nemésio, 1932: 134);
- A pequena vizinhança é o seu tipo de agregação (*Idem, ibidem*);
- É inventivo, tenaz, paciente (...) (*Idem, ibidem*);
- Tenazes, (...) mas submissos por necessidade, medrosos e apáticos por índole, tornaram-se dissimulados e manhosos (Ribeiro, 1983: 542);
- Hoje, o povo açoriano, morigerado e pacato, ordeiro, económico, sóbrio, pacífico, mais ou menos indolente, já não é servil (*Idem, ibidem*).

Vitorino Nemésio distingue dois tipos psicológicos dominantes: o micalense e o açoriano das «ilhas de baixo», onde diferencia ainda o terceirense e o habitante do Pico. Não há, portanto, uniformidade no microcosmos açoriano aos olhos deste observador perspicaz. Mas Nemésio deixa-se embalar mais pela beleza literária das suas frases e pelo sentimento do que pelo rigor da análise. Um exemplo:

(...) a alma do ilhéu exprime-se pelo mar. O mar é não só o seu conduto terreal, como o seu conduto anímico. As ilhas são o efémero e o contingente; só o mar é eterno e necessário. (Nemésio, 1932: 140).

Muito belo ... Mas os açorianos sempre viveram da terra, voltando as costas ao mar, e as cantigas populares não reflectem «uma forma original e característica de encarar o mar que mostre ter ele causado nos homens das ilhas uma impressão diversa da que causa na gente do continente» (Ribeiro, 1982: 240). A observação de Nemésio só é, assim, verdadeira para Antero de Quental que teve uma especial predilecção pelo mar — e, possivelmente, para outros poetas cultos dos Açores. Em São Miguel, falava-se do poeta como «um rapaz que passava as tardes ali no cais, a olhar para o mar» (Carreiro, 1981: 76); uma originalidade que se tornou notada.

Mais discutível ainda é a atracção do mar sobre os ilhéus que teria tornado «a emigração quase uma necessidade instintiva» (Ribeiro, 1983: 555). Qualquer gráfico sobre a evolução dos fluxos emigratórios mostra a persistência deste fenómeno e a sua relação com as conjunturas de crise sócio-económica. Necessidade instintiva ou necessidade económica? A resposta teria de passar por uma análise sociológica das motivações dos emigrantes açorianos. Será que fugir das ilhas e procurar horizontes mais alargados é uma delas? A forma como reproduzem em terras americanas os modos de viver das ilhas de origem parece contradizer essa ideia.

Sem pôr em causa a nacionalidade dos açorianos, antes a reforçando, Vitorino Nemésio vê no açoriano «verdadeiramente típico (...) um exemplar aproximado do português da segunda metade de Quatrocentos» (Nemésio, 1932: 120). Na mesma ordem de ideias, Luís da Silva Ribeiro tinha afirmado, em 1919, que o açoriano é «o português puro que nas épocas gloriosas da nossa história se isolou no meio do Atlântico» (Ribeiro, 1983: 6).

De facto, nem o açoriano se isolou, uma vez que o arquipélago foi uma autêntica placa giratória do tráfego atlântico, nem é possível garantir, vários séculos passados, a pureza das linhagens insulares. Mais plausível é o contrário. Mas é muito importante salientar que tanto Vitorino Nemésio como Luís da Silva Ribeiro, afinal os criadores da «açorianidade», afirmem a profunda identidade portuguesa dos açorianos. Levando o seu raciocínio até ao fim, teríamos de dizer que os açorianos são mais portugueses que os outros! Esta ideia esteve presente, de forma muito viva, no movimento conhecido por «açorianismo», nos anos Vinte. Num período de grave crise nacional, o reencontro com as raízes mais profundas, a tradição e o passado apareciam aos olhos da elite açoriana como a única forma de preservar a sua terra da degenerescência. Uma atitude conservadora que traduzia, para um plano regional, as correntes ideológicas nacionalistas da época.

3. A Consciência Regional

Em suma, aquilo que podemos considerar, com segurança, especificidades sócio-culturais regionais dos Açores resume-se às variantes dialectais, diversos aspectos do folclore e das artes e técnicas populares. De resto, a religião, o modo de vida rural, as estruturas sociais e mentais, até mesmo a psicologia dos açorianos não são substancialmente diferentes do que encontramos noutras regiões do País.

A discussão sobre estes temas tem-se posto sempre em termos de gradação, mas tomando como referência um arquétipo do português — o continental — que, na verdade, não existe. Os portugueses do continente, tal como os das ilhas atlânticas, caracterizam-se pela presença de estruturas sócio-culturais identitárias bastante marcadas, mas há gradações e, por vezes, diferenças de ordem espacial e social que os tornam irredutíveis a um único modelo.

O aspecto mais marcante da diferença entre os arquipélagos atlânticos e o resto do País não é sócio-cultural, mas geográfico. A descontinuidade territorial e a distância, associadas a uma ambiência natural muito particular, funcionam como elementos primordiais de uma consciência que se afirma pela insularidade e a oposição ao «continente».

Na consciência nacional os termos da alteridade colocam-se entre **Nós** — portugueses — e os **Outros** — espanhóis e, de modo geral, estrangeiros. Essa consciência também existe nas ilhas, manifestando-se claramente nas relações com os outros nos países de emigração. Mas, no plano interno, a diferença estabelece-se entre **Nós** — açorianos ou madeirenses — e os **Outros** — «continentais». Entre as regiões de Portugal continental também se manifesta a consciência de identidade regional, mas afirma-se mais por si-própria do que pela oposição aos outros. A razão é simples: para os portugueses do continente os outros são minhotos, transmontanos, beirões, etc., isto é, não são redutíveis a um único tipo. Enquanto que para os habitantes das ilhas, a descontinuidade geográfica e a distância estabelecem a dicotomia e, de certo modo, cavam um fosso.

É claro que os factores geográficos não explicam tudo. Há razões históricas que contribuíram decisivamente para essa situação. Durante séculos, os arquipélagos atlânticos tiveram um sistema de administração particular e os laços com o Reino e a Coroa foram ténues. Por isso, dispuseram de moeda própria — moeda insulana ou fraca — com câmbio inferior à reinícola que só acabou neste século, nos Açores. A posição geoestratégica facilitou as trocas comerciais e os contactos directos com vários países e, sobretudo, com as potências que, sucessivamente, dominaram o Atlântico — os espanhóis, os ingleses e, por último, os norte-americanos. Apesar de isso estar enquadrado na estratégia definida pelo Estado português e ser um factor de unidade nacional, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos não deixaram, nalguns momentos, de constituir uma forte atracção para

as elites insulares, chegando-se a defender o seu protectorado nas páginas da imprensa local.

As relações económicas entre as ilhas e o continente nunca foram fáceis. De vez em quando salta para as páginas dos jornais o problema da banana da Madeira ou dos lacticínios dos Açores, cujo principal mercado é o continente. Simplificando razões, podemos dizer que os produtores e fabricantes das ilhas desejam garantias político-económicas para a colocação dos seus géneros no mercado continental e nem sempre conseguem obtê-las. Não é, evidentemente, um problema específico dos arquipélagos atlânticos. Outras regiões e sectores da economia nacional têm sentido o mesmo tipo de dificuldades que derivam tanto da concorrência como das políticas conjuntamente seguidas pelos governos. Mas nas ilhas essas situações são vividas como uma incompreensão e agressão dos «continentais» aos interesses insulanos. A descontinuidade territorial e o facto de o centro do Poder se encontrar fora e distante têm sido factores decisivos para tal percepção das coisas.

Além das relações económicas, e certamente por causa delas, desde o final do século XIX se começaram a colocar problemas político-administrativos e financeiros. As oligarquias locais pretendiam ver reduzidos os embaraços criados pela administração central ao seu poder e dispor de maior autonomia para gerir os dinheiros públicos. Acompanhando a par e passo as reivindicações políticas, o discurso regionalista procura fundamentar-se em reais ou supostas diferenças étnicas e sócio-culturais dos açorianos.

Em 1892, no preâmbulo do projecto de lei que apresentou na Câmara dos Deputados, Aristides da Mota introduz a questão nos seguintes termos:

Essa mesma situação [geográfica] importa uma diferença notável do meio physico em que vivem os povos açorianos e os da metropole, e com elle, necessariamente, uma diferença do meio social. Não só são diferentes os productos do solo, em qualidade e quantidade especifica, não só são diferentes as condições de trabalho, da agricultura, do commercio e da navegação; mas ainda a acção do clima, do insulamento, das relações com povos de outras raças, especialmente devidas à emigração, e por isso muito impressivas, têm dado à população açoriana, que originariamente provém de diversas nacionalidades, habitos de vida material e moral, um modo de ser da consciencia individual e collectiva, sensivelmente diferentes dos da população portugueza continental. (*Apud Leite*, 1987: 15).

Posteriormente, demonstrou-se que a influência etnocultural dos portugueses é dominante na constituição dos açorianos. Os contributos de outros povos que tenham existido, nomeadamente dos flamengos, foram absorvidos e deles restam ténues vestígios. Mas o tema da especificidade dos açorianos, num plano mais ideológico do que científico, tem merecido particular atenção e interesse por parte da elite culta das ilhas.

Nos anos Vinte, do presente século, desencadeia-se o debate em torno do «açorianismo». Na década seguinte aparecem os textos de Vitorino Nemésio e Luís da Silva Ribeiro e, em 1938, realiza-se o Congresso Açoriano. Em tempos pouco favoráveis para reivindicações autonomistas, fazem-se as Semanas de Estudos dos Açores e os artigos vão-se acumulando nas revistas locais. Nem todos são movidos pelos mesmos objectivos ou têm sequer idêntica visão dos problemas: uns são animados por razões de ordem sentimental, como Vitorino Nemésio; outros move-os a paixão da etnografia e da história, como Luís da Silva Ribeiro; e alguns haverá que procuram justificar a autonomia ou até a independência dos Açores.

A existência de uma elite açoriana, donde têm emergido com regularidade figuras de relevo da cultura nacional, é um facto da maior importância para compreender a questão da identidade e da consciência regional, nos Açores. A identidade é, afinal, um fenómeno da consciência, cujos fundamentos etnoculturais são, neste caso, praticamente inexistentes. Mas outros factores, já referidos, contribuíram para que se tenha afirmado de forma muito persistente a identidade regional dos açorianos. Entre eles, decerto o mais decisivo, é a presença de uma elite culta que se desdobra em iniciativas e reflexões sobre a realidade insular. Num conjunto populacional relativamente pequeno, é notável o número de institutos culturais, revistas e publicações diversas, conferências e congressos que tomam como tema mais constante de análise os Açores. O vai-e-vem entre as ilhas e as comunidades açorianas, estabelecidas na América do Norte, ainda mais incentiva o interesse por este assunto. Daí o empolamento que tem marcado algumas discussões caseiras, nomeadamente sobre a questão da «literatura açoriana».

Na verdade, não há fundamentos suficientes para diferenciar as obras feitas por escritores açorianos da restante produção nacional. Não é o facto de ter como temática ou como pano de fundo os Açores que define a identidade de uma obra artística ou científica, mas a linguagem e a mundividência, isto é, ideias, valores, sentimentos e emoções, que são estruturantes do pensamento e da expressão cultural. Ora a esse nível, as obras culturais dos Açores inserem-se na cultura portuguesa e não faz qualquer sentido, tanto do ponto de vista antropológico como epistemológico, separá-las do tronco comum ou querer compreendê-las *per si*.

Porquê, então, esta consciência aguda de ser diferente e a necessidade quase obsessiva de discorrer sobre a identidade própria que não é observável noutras regiões do País? Uma resposta provável ocorreu-nos relendo o ensaio de José António Saraiva sobre a cultura portuguesa:

Portugal é para os Portugueses mais uma **mátria** do que uma **pátria** (uma oposição de palavras inventada pelo padre António Vieira). A mátria é a terra de origem, dá o leite e a criação materna: é a cultura ao nível da afectividade. A pátria ensina os padrões ao nível das relações com o exterior, que é também o nível propriamente intelectual. (Saraiva, 1981-I: 112).

Se os portugueses, de modo geral, se comportam como um povo que é órfão de pai — «o ‘pai’ da gente portuguesa era representado pela ‘Espanha’», segundo José António Saraiva —, os açorianos são duplamente órfãos, porque a pátria, distante e pouco preocupada com eles, é uma «madrasta». «Pátria-madrasta» ou somente «madrasta» foram expressões muito utilizadas pelos autonomistas açorianos, no final do século XIX, e traduzem bem o sentimento de solidão e orfandade que a descontinuidade e a distância, associadas a outros factores de ordem histórica, criaram na gente açoriana, especialmente ao nível das elites locais. Distante no tempo a ligação à terra de origem, a verdadeira «mátria» do açoriano é a ilha, mais do que o conjunto formado pelo arquipélago.

Por isso, a construção de uma consciência regional que se traduza em demonstrações de unidade/solidariedade entre as ilhas tem sido um processo lento e difícil. Ainda hoje o equilíbrio político da Região Autónoma dos Açores passa por ter um governo regional espalhado por três ilhas, com custos financeiros e de eficiência que não são menosprezáveis.

Conclusão

A unidade nacional existente não exclui a diversidade regional, cujos fundamentos são tanto geográficos como históricos. A base territorial que, do ponto de vista da análise histórica, mais adequadamente configura essa realidade é a divisão provincial, que podemos fazer remontar bastante longe no tempo. A expressão mais visível dessa diversidade são as variantes dialectais, o folclore e diversos aspectos das artes e técnicas populares que, a par do território, das paisagens e dos sítios que a identificam, dão uma feição especial a cada região e criam um sentimento de pertença e de identidade nas populações que a habitam.

No caso do arquipélago dos Açores, o fundamento da identidade regional é o próprio território e a ambiência muito particular característica daquelas ilhas. A descontinuidade geográfica e a distância, associada a factores de ordem histórica e política — nomeadamente, as tensões com o poder central e os movimentos autonomistas, do século XIX e XX — criaram uma consciência, especialmente ao nível das elites insulares, que se afirma em termos de alteridade aos «continentais» e por um sentimento de diferença em relação aos outros portugueses e de identidade bastante marcado.

A identidade regional dos açorianos é, assim, um fenómeno de consciência que não tem fundamentos étnicos, linguísticos ou religiosos e não se estriba, por isso, em bases diferentes das variantes, ou somente cambiantes, sócio-culturais que distinguem outras regiões do País. Aliás, no caso das ilhas atlânticas, como muito bem salientou Orlando Ribeiro, e as teses de Vitorino Nemésio e Luís da

Silva Ribeiro sobre a profunda identidade portuguesa dos açorianos parecem comprovar, as diferenças em relação ao «tronco antigo e robusto», que é o núcleo central da identidade nacional, são menos acentuadas do que noutras regiões do continente.

Por último, importa salientar que um aspecto essencial da identidade dos açorianos é a insularidade. Se isso se traduz num sentimento de diferença em relação aos «continentais» e de identidade entre os ilhéus, também os divide entre si e determina que a característica mais importante da sua territorialidade seja a própria ilha.

Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, José (1963) — «Dominantes histórico-sociais do povo açoriano», in *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*, I.A.C./Gulbenkian, Angra do Heroísmo, pp. 137-163.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio (org.) (1989) — *Açores, açorianos, Açorianidade — um espaço cultural*, Ponta Delgada, Signo.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1986) — *Da literatura açoriana, subsídios para um balanço*, Angra do Heroísmo, DRAC/SREC.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1983) — *A questão da literatura açoriana*. (Recolha de intervenções e revisitação), Angra do Heroísmo, SREC.
- CÂMARA, J.M. Bettencourt (1980) — *Música tradicional açoriana*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- CÂMARA, J.M. Bettencourt (1985) — *Para a sociologia da música tradicional açoriana*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- CARREIRO, José Bruno (1981) — *Antero de Quental, subsídios para a sua biografia*, 2ª edição, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. I.
- DIAS, Jorge (1971) — «Estudos do Carácter Nacional Português», in *Estudos de Antropologia Cultural*, nº 7, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- ENES, Maria Fernanda (1991) — *Reforma Tridentina e Religião vivida (Os Açores na época moderna)*, Ponta Delgada, Signo.
- FONTES, Manuel da Costa (1986) — «O romancista açoriano: panorama e sugestões de estudo» in Almeida, 1986, pp. 181-216.
- GASPAR, Jorge (1982) — «Regionalização: uma perspectiva sócio-geográfica», in *Problemas de Regionalização*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 96-111.

- GODINHO, Vitorino Magalhães (1982) — *Identité culturelle et humanisme universalisant*, Lisboa, IPED.
- JOÃO, Maria Isabel (1991) — *Os Açores no século XIX, Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos.
- LEÃO, Francisco da Cunha (1971) — *Ensaio de Psicologia Portuguesa*, Lisboa, Guimarães Editores.
- LEÃO, Francisco da Cunha (1973) — *O Enigma Português*, 2ª ed., Lisboa, Guimarães Editores.
- LEITE, José Guilherme Reis (org.) (1987) — *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa, 1892-1947*, Horta, Assembleia Regional dos Açores.
- LOURENÇO, Eduardo (1978) — *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, 3ª ed., Publicações Dom Quixote.
- NEMÉSIO, Vitorino (1932) — «O Açoriano e os Açores», in *Sob os Signos de Agora. Temas Portugueses e Brasileiros*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; PEREIRA, Benjamin (1987) — *Tecnologia Tradicional Agrícola dos Açores*, Lisboa, INIC.
- RIBEIRO, Luís da Silva (1982) — *Obras. Etnografia Açoriana*, Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, vol I.
- RIBEIRO, Luís da Silva (1983) — *Obras. História*, Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, vol. II.
- RIBEIRO, Luís da Silva (1936) — «Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade», in *Obras. História*, Angra do Heroísmo, IHIT/SREC, vol II, pp. 515-556.
- RIBEIRO, Orlando (1979) — «Formação de Portugal», in Joel Serrão (dir.) — *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Iniciativas Editoriais, vol.V, pp. 130-149.
- RIBEIRO, Orlando (1987) — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Esboço de relações geográficas*, 5ª edição, Lisboa, Sá da Costa Editora.
- SANTOS, José António (1985) — *Regionalização, processo histórico*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SARAIVA, José António (1981) — *A Cultura em Portugal*, Lisboa, Bertrand, vol.I.
- TORGA, Miguel (1973) — *Diário*, XI, Coimbra, Edição do Autor.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1926) — *Mês de Sonho. Conspecto de Etnografia Açorica*, Lisboa, Livraria Universal de Armando T. Tavares.